



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 63/2022

PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
(Processo SEI n.º 0001910-07.2022.6.23.8000)

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA - TRE/RR** leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da [Lei n.º 10.520/2002](#), do [Decreto n.º 10.024/2019](#), [Decreto 7.892/2013](#), da [Lei Complementar n.º 123/2006](#) e, subsidiariamente, da [Lei n.º 8.666/1993](#) e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação na modalidade **Pregão**, na forma **eletrônica**, do tipo **menor preço**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia: **16 de novembro de 2022**

Horário: **10h00 (Horário de Brasília/DF)**

Endereço Eletrônico: www.comprasnet.gov.br

CÓDIGO UASG: **070028**

SEÇÃO I — DO OBJETO

1. A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro predial para cobertura dos bens móveis e imóveis da Justiça Eleitoral, situados na Capital e no interior do Estado de Roraima, contra riscos de incêndio, queda de raio, explosão e riscos diversos (alagamentos, vendaval, danos elétricos e quebra de vidros), e os decorrentes de tumultos, roubo de bens ou furto qualificado, responsabilidade civil em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência.

1.1. A licitação será realizada por **PREÇO GLOBAL**.

1.2. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global para o objeto, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

SEÇÃO II — DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

1. A despesa anual com a execução do objeto desta licitação está estimada em **R\$ R\$ 17.422,24 (dezesete mil quatrocentos e vinte e dois reais e vinte e quatro centavos)** conforme quadro abaixo:

Grupo	Item	Local	Área Construída m²	Valor do Seguro
1	1	TRE - Sede Av. Juscelino Kubitschek, 543 - São Pedro - CEP 69.306-685 - Boa Vista	2.857	R\$ 7.207,55
	2	1ª Zona Eleitoral - Av. Santos Dumont, 760 - São Pedro - CEP 69.306-040 - Boa Vista	1.000	R\$ 2.522,77
	3	2ª Zona Eleitoral - Praça do Centro Cívico, s/n.º, Centro - CEP 69.306-000 - Caracaráí	412	R\$ 1.039,38
	4	3ª Zona Eleitoral - Rua. Antônio Dourado de Santana, s/n.º, Centro - CEP 69.350-000 - Alto Alegre	412	R\$ 1.039,38
	5	4ª Zona Eleitoral - Av. Ataliba G. de Laia, s/n.º - CEP 69.370-000 - São Luiz do Anauá	412	R\$ 1.039,38
	6	5ª Zona Eleitoral - Av. Nazaré Filgueiras, 2077, Pintolândia - CEP 69.316-715 - Boa Vista	685	R\$ 1.728,10
	7	6ª Zona Eleitoral - Av. Padre Ricardo Silvestre, 269, Centro - CEP 69.340-000 - Mucajaí	376	R\$ 948,56
	8	7ª Zona Eleitoral - Av. Guiana, s/n, Centro - CEP 69.345-000 - Pacaraima	376	R\$ 948,56
	9	8ª Zona Eleitoral - Av. Francisco Reginato, s/n.º - CEP 69.373-000 - Rorainópolis	376	R\$ 948,56
Total Geral (R\$)			6.906	R\$ 17.422,24

2 O valor acima estimado do prêmio é relativo ao período de 12 meses, já incluso o valor da apólice.

SEÇÃO III — DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

1. Poderão participar deste **Pregão** as interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e

1.1 Para ter acesso ao sistema eletrônico, as interessadas em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

1.2. O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por sua representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE/RR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2. Não poderão participar deste **Pregão**:

2.1. empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o TRE/RR, durante o prazo da sanção aplicada;

2.2. empresário declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

2.3. empresário impedido de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;

2.4. empresário proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8.º, V, da [Lei n.º 9.605/98](#);

2.5. empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12, da [Lei n.º 8.429/92](#);

2.6 quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9.º da [Lei nº 8.666/93](#);

2.6.1. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9.º da [Lei nº 8.666/93](#) a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, independente do seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

2.7. sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

2.8. empresário cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste **Pregão**;

2.9. empresário que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação, salvo se comprovar viabilidade econômica por meio de certidão judicial (TCU 8271/2011);

2.10. sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

2.11. consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

SEÇÃO IV — DA VISTORIA

1. É facultado ao licitante realizar uma Vistoria Técnica nos imóveis onde serão executados os serviços, a fim de conhecer as instalações pertinentes e o grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento, no horário das 8h às 14h, por meio do telefone (95) 2121-7030; 7029; 7028, utilizando modelo constante do Anexo do Termo de Referência.

1.2 Tendo em vista a faculdade de realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, em decorrência da execução do objeto desta licitação.

1.3 O prazo para a realização da Vistoria Técnica terá início no primeiro dia útil após a publicação do Edital e encerrar-se-á no dia útil anterior à abertura da sessão pública.

SEÇÃO V — DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO LICITANTE

1. Os licitantes deverão encaminhar exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

1.1. A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o **valor unitário ofertado para cada item do lote**,

já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

1.2. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

1.3. Qualquer elemento que possa identificar a **licitante** importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

1.4. Até a abertura da sessão, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

1.5. As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

1.6. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as **licitantes** liberadas dos compromissos assumidos.

2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação caso estes já constem do SICAF e estejam atualizados.

2.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados nos termos do disposto no item 1 desta Seção.

3. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4. O pregoeiro poderá solicitar documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, além dos que achar necessários para esclarecimento de quaisquer dúvidas, que deverão ser encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, via sistema, por meio da opção “**Enviar Anexo**”.

5. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

6. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

7. A **licitante** enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3.º, da [LC n.º 123/2006](#), para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a **licitante** às sanções previstas neste Edital.

SEÇÃO VI — DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

1. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo **Pregoeiro**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasnet.gov.br.

2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

3. Cabe à **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO VII — DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. O **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, justificadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

2. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

SEÇÃO VIII — DO MODO DE DISPUTA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

1. O modo de disputa que será adotado neste certame é o **Aberto**.

2. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

2.1. A diferença mínima de valores entre o intervalo de um lances e outro será o valor estipulado no sistema comprasnet.

3. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

3.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação.

3.2. Não havendo lances nos períodos acima estabelecidos, a sessão pública será encerrada automaticamente.

3.3 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema mencionada nesta Seção, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, mediante justificativa, em prol da consecução da melhor proposta.

4. A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

5. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

7. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8. Durante a fase de lances, o **Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

9. Se ocorrer a desconexão do **Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10. No caso de a desconexão do **Pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do **Pregão** será suspensa automaticamente e terá reinício somente após vinte e quatro horas da comunicação expressa às participantes no sítio www.comprasnet.gov.br.

SEÇÃO IX — DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

1.1. a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitação e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;

1.1.1. Caso a **licitante** tenha utilizado a prerrogativa de efetuar oferta de desempate, conforme art. 44, da Lei Complementar n.º 123/2006, será verificado no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela **licitante**, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3.º da mencionada Lei Complementar.

1.2. não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

1.3. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

1.4. a convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito

previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

1.5. na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais **licitantes**.

SEÇÃO X — DA NEGOCIAÇÃO

1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

SEÇÃO XI — DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

1. Encerrada a etapa de negociação de que trata a seção anterior, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao preço estimado para contratação, observado o disposto no item **1.2 da Seção I**, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições deste edital.

1.1. A **licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar** deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, bem como documentação complementar, se necessário, em arquivo único, por meio da opção **“Enviar Anexo”** no sistema Comprasnet, **no prazo de 2 horas**, contado da convocação efetuada pelo **Pregoeiro**.

1.2. O(a) Pregoeiro(a) poderá, em caso de necessidade de complementação da documentação de que trata o item 1.1 desta Seção, realizar nova convocação da licitante, via chat, devendo ser atendida dentro do primeiro prazo de convocação..

1.3. Os documentos remetidos por meio da opção **“Enviar Anexo”** do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Pregoeiro**.

1.3.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Assessoria de Licitações do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima – TRE/RR, situada na Avenida Juscelino Kubitschek, n.º 543 – São Pedro – CEP 69.306-685 – Boa Vista/RR.

1.4. A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

2. O **Pregoeiro** verificará no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela **licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar**, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3.º da mencionada Lei Complementar.

3. O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRE/RR ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

5. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6. Não serão aceitas propostas com valores unitário ou global superiores aos estimados ou com preços manifestamente inexequíveis.

SEÇÃO XII — DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS E/OU LAUDOS

TÉCNICOS

1. Não haverá solicitação de amostra, porém, as propostas deverão conter especificações detalhadas dos produtos oferecidos, mencionando marca, modelo, dimensões, composição, e demais referências que permitam perfeita análise e aceitação, inclusive se possível o licitante deve enviar junto com sua proposta fotos, catálogos ou manuais dos materiais com a indicação de *sítios* na internet onde possam ser verificadas as características.

SEÇÃO XIII — DA HABILITAÇÃO

1. A habilitação das **licitantes** será verificada por meio do **SICAF (Níveis de Cadastramento I a IV e VI) e da documentação complementar especificada neste Edital**.

2. As **licitantes** que não atenderem às exigências de habilitação no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

3. Realizada a habilitação no SICAF, será verificado eventual descumprimento das vedações do item 2 da Seção III – Da Participação na Licitação, mediante consulta ao:

3.1 SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9.º, III, da Lei n.º 8.666/93;

3.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

3.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis.

3.4. Serão exigidos, ainda, a seguinte documentação complementar:

3.4.1. Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica apresentados pelo licitante comprovando a prestação de serviços de vigilância armada em características semelhantes as descritas no termo de referência.

3.4.2. Documento emitido pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), comprovando a regularidade da licitante para operar no mercado de seguros do Brasil, conforme estabelecido no art. 74 do Decreto-Lei n.º 73/1966.

4. As consultas previstas na Condição anterior realizar-se-ão em nome da sociedade empresária **licitante** e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

5. Os documentos remetidos por meio da opção “**Enviar Anexo**” do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Pregoeiro**.

6. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da **licitante**, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

7. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa.

8. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

9. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10. A não regularização da documentação, no prazo previsto na Subcondição anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao **Pregoeiro** convocar as **licitantes** remanescentes, na ordem de classificação.

11. Se a proposta não for aceitável ou se a **licitante** não atender às exigências de habilitação, o **Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

12. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a **licitante** será declarada vencedora.

SEÇÃO XIV — DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

1. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 .

2. O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanar eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas nos termos do art. 8º, inciso XII, alínea “h”; art. 17, inciso VI; e art. 47 do Decreto 10.024/2019; Precedentes Acórdãos 1211/2021, 2.443/2021, e 825/2019 – Plenários do TCU.

3. O art. 47 do Decreto nº 10.024/2019 permite, tanto na fase de julgamento das propostas, quanto na habilitação, o pregoeiro sanar erros ou falhas que não alterem a substâncias das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes. Por sua vez o art. 17, inciso VI, do mesmo normativo, enfatiza existir um dever para o pregoeiro nesse sentido.

4. Conforme art. 39 do Decreto 10.024/2019: “Encerrada a etapa de negociação de que trata o art. 38, o **pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar** quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade

do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26. Em seguida **verificará a habilitação do licitante** conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X - Decreto 10.024/2019." **Ou seja, é avaliada a documentação de habilitação apenas do primeiro colocado.** E, nesse caso, identificado algum vício passível de saneamento, oportuniza-se a correção. Tal tratamento é garantido aos licitantes na medida em que estejam em igual situação, observada a ordem de classificação, será conferida idêntica oportunidade.

SEÇÃO XV — DO RECURSO

1. Declarada a vencedora, o **Pregoeiro** abrirá **prazo de 30 (trinta) minutos**, durante o qual qualquer **licitante** poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

1.1. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item 1 desta Seção, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

1.2. O **Pregoeiro** examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

1.3. A **licitante** que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais **licitantes**, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

2. Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109, da Lei n.º 8.666/1993, fica o Processo licitatório franqueado aos interessados, bastando apenas que os licitantes realizem seu cadastro no SEI como usuário externo no endereço: https://sei.tre-rr.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_enviar_cadastro&acao_origem=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0

3. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo **Pregoeiro** serão apreciados pela autoridade competente.

4. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SEÇÃO XVI — DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

1. O objeto deste **Pregão** será adjudicado pelo **Pregoeiro**, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

2. A homologação deste **Pregão** compete ao Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima - TRE/RR.

3. O objeto deste **Pregão** será **adjudicado por item e por lote à licitante vencedora.**

SEÇÃO XVII — DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O Tribunal Regional Eleitoral de Roraima - TRE/RR é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

2. A Secretaria de Administração será a unidade responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação.

3. O Registro de preços a ser efetivado seguirá as regras estabelecidas no Decreto n.º 7.892/2013.

4. Por ocasião da homologação da licitação, será incluído, na respectiva Ata de Registro de Preços, o registro das **licitantes não desclassificadas** que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da **licitante vencedora** na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei n.º 8.666/93 - Cadastro de Reserva.

5. Homologado o resultado deste **Pregão**, a **licitante** mais bem classificada será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação.

5.1. O prazo para que a **licitante** mais bem classificada compareça após ser convocada, poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Tribunal Regional Eleitoral de Roraima - TRE/RR.

5.2. É facultado ao TRE/RR, quando a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar as **licitantes remanescentes**, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nos termos do art. 4º, XXIII, da Lei n.º 10.520/02.

6. Publicada na Imprensa Oficial, a Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, conforme disposto no artigo 14, do Decreto n.º 7.892/2013.

7. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao **fornecedor registrado** em igualdade de condições.

8. O prazo de validade improrrogável da Ata de Registro de Preços é de até 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

9. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d”, II, do art. 65, da Lei n.º 8.666/1993 ou no artigo 17, do Decreto n.º 7.892/2013.

9.1. Nessa hipótese, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

10. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os **fornecedores** para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

10.1. Os **fornecedores** que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

10.2. A ordem de classificação dos **fornecedores** que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o **fornecedor** não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

11.1. liberar o **fornecedor** do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

11.2. convocar os demais **fornecedores** para assegurar igual oportunidade de negociação.

12. Não havendo êxito nas negociações previstas na Condição anterior, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13. O registro do **fornecedor** será cancelado quando:

13.1. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

13.2. não retirar o termo de contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

13.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

13.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV, do *caput* do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, ou no art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002.

14. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas subcondições 13.1, 13.2 e 13.4 será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

15.1. por razão de interesse público; ou

15.2. a pedido do **fornecedor**.

16. Em qualquer das hipóteses anteriores que impliquem a alteração da Ata registrada, concluídos os procedimentos de ajuste, o TRE/RR fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos **fornecedores registrados** a nova ordem de classificação.

17. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

SEÇÃO XVIII - DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E DAS FORMAS DE INTIMAÇÃO DA FUTURA CONTRATADA

1. Caso o Tribunal entenda ser necessário a assinatura do contrato com o fornecedor que tiver seus preços registrado promoverá sua respectiva convocação, do contrario as aquisições poderão ocorrer pela simples emissão de nota de empenho em nome do beneficiário do registro.

1.1. Uma mesma Ata de Registro de Preços podem ser quantos contratos forem necessários para esgotamento do objeto.

1.2. Caso a Administração entenda também conveniente o contrato poderá ser substituído por outros instrumento hábil, conforme previsão do art 62, caput e § 4º da Lei 8.666/93.

1.3. Em caso de convocação para assinatura do contrato, após a ciência do instrumento contratual, o convocado deve assinar o ajuste no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções

previstas neste Edital.

1.3.1. O prazo do item 1.3. poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Tribunal Regional Eleitoral de Roraima – TRE/RR.

1.4. Nos termos do permissivo contido nos artigos 2º e 5º da Lei 11.419/2006, as intimações serão feitas por meio eletrônico, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

1.4.1. Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.

1.4.2. Na hipótese do subitem 1.4.1, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

1.4.3. A consulta referida nos subitens 1.4.1. e 1.4.2. deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

1.4.4. Em caráter informativo, poderá ser efetivada remessa de correspondência eletrônica, comunicando o envio da intimação e a abertura automática do prazo processual nos termos do subitem 1.4.3, aos que manifestarem interesse por esse serviço.

1.4.5. Nos casos urgentes em que a intimação feita na forma deste artigo possa causar prejuízo a quaisquer das partes ou nos casos em que for evidenciada qualquer tentativa de burla ao sistema, o ato processual deverá ser realizado por outro meio que atinja a sua finalidade.

2. Por ocasião da intimação do instrumento contratual, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se o **fornecedor** mantém as condições de habilitação.

3. Para poder contratar com o TRE-RR, a empresa não poderá possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, nos termos do art. 2.º VI, da Resolução n.º 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça

SEÇÃO XIX — DO CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE

1. Objetivando a promoção do desenvolvimento nacional sustentável disposto no artigo 3º da Lei n.º 8.666/93, todas as comunicações realizadas entre a contratante e a contratada deverão ser realizadas, preferencialmente, de forma eletrônica, por meio de e-mails ou via sistema SEI.

2. Havendo a necessidade de a utilização de papel, que sejam utilizado, preferencialmente, papéis recicláveis.

SEÇÃO XX - DAS SANÇÕES

1. Com fundamento no artigo 7.º da Lei n.º 10.520/2002 e art. 49 do Decreto n.º 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do TER/RR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a licitante que:

1.1. não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

1.2. deixar de entregar documentação exigida neste Edital;

1.3. apresentar documentação falsa;

1.4. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

1.5. não mantiver a proposta;

1.6. falhar ou fraudar na execução do contrato;

1.7. comportar-se de modo inidôneo;

1.8. fizer declaração falsa;

1.9. cometer fraude fiscal.

2. A licitante estará sujeita à multa de até 30% por cento do valor estimado para a contratação quando incorrer em uma das hipóteses da condição anterior.

3. Para os fins de conhecimento reputar-se-ão inidôneos os atos descritos na legislação pertinente.

4. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Órgão emissor do pedido, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração

pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

6. As sanções de multa e eventuais descontos do(s) pagamento(s) a ser efetuado(s) poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do Órgão emissor do pedido e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; descontando-a do pagamento a ser efetuado.

SEÇÃO XXI - DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO

EDITAL

1. Até 3 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste **Pregão** mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico al@tre-rr.jus.br, até às 16h00, no horário oficial de Brasília/DF.

2. A impugnação não possui **efeito suspensivo** e caberá ao **Pregoeiro**, auxiliado pelo setor demandante/técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao **Pregoeiro** até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico al@tre-rr.jus.br.

5. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais ao setor demandante/técnico competente.

6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

SEÇÃO XXII - DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Ao Diretor-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima - TRE/RR compete anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

1.1. A anulação do **Pregão** induz à do contrato.

1.2. As **licitantes** não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

2. É facultado ao **Pregoeiro** ou à Autoridade Superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

3. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

3.1. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste **Pregão**.

4. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

5. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

6. Este **Pregão** poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do TRE/RR, sem prejuízo do disposto no art. 4.º, V, da Lei n.º 10.520/2002.

SEÇÃO XXIII - DOS ANEXOS

1. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

1.1. O Termo de Referência;

1.2. Anexo I - Minuta do Contrato;

1.3. Anexo II - Orçamento Estimativo;

1.4. Anexo III - Modelo de Proposta de Preços;

1.5. Anexo IV - Minuta de ARP;

1.6. Anexo V - Declaração Negativa - Nepotismo.

SEÇÃO XXIV - DO FORO

1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Boa Vista/RR, Seção Judiciária de Roraima, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Boa Vista (RR), 15 de outubro de 2022.

Ademarcio da Silva
Assessora de Licitações
(assinado digitalmente)



Documento assinado eletronicamente por **ADEMARCIO DA SILVA, Assessor**, em 21/10/2022, às 15:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **0736441** e o código CRC **DA16D560**.

0001910-07.2022.6.23.8000

0736441v4



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 131/2022

1. Objeto

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro predial para cobertura dos bens móveis e imóveis da Justiça Eleitoral, situados na Capital e no interior do Estado de Roraima, contra riscos de incêndio, queda de raio, explosão e riscos diversos (alagamentos, vendaval, danos elétricos e quebra de vidros), e os decorrentes de tumultos, roubo de bens ou furto qualificado, responsabilidade civil, conforme especificações descritas no presente Termo de Referência.

1.2 Os bens móveis compreendem os equipamentos eletrônicos, mobiliários e utensílios pertencentes ao Órgão, os quais estão contidos nos prédios a serem segurados.

2. Fundamentação da Contratação

A contratação está fundamentada na Lei nº. 8.666/93, Lei nº. 10.520/2002 e Decreto 1.024/2019.

2.1 Justificativa da necessidade e resultados

2.1.1 O Tribunal não possui contrato vigente para este tipo de serviço.

2.1.2 A contratação dos serviços aqui descritos se justifica diante da necessidade de proteger o patrimônio público, de prevenir os bens de riscos e eventuais sinistros causados por incêndios, raios, danos elétricos e explosões de qualquer natureza que possam ocorrer no prédio sede do TRE/RR e Cartórios Eleitorais.

2.2. Motivação

Motiva-se a contratação devido a sua execução indireta ser recomendada pela conveniência econômica, bem como pelo fato de não abranger atribuições que figuram entre aquelas inerentes às especialidades constantes do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima.

2.3. Objetivos

Segurar os prédios pertencentes ao Tribunal Regional Eleitoral de Roraima contra eventuais danos que este possa a vir sofrer.

2.4 Benefícios

2.4.1 Prevenir-se contra eventuais danos pela ocorrência de incidentes ocasionados por incêndio, raio, explosão e panes elétricas, cujos prejuízos possam causar dispêndio ao erário;

2.4.2 Garantir que este Órgão seja indenizado na eventual ocorrência de tais sinistros; e

2.4.3 Garantir a melhor gestão dos recursos orçamentários.

2.5. Alinhamento Estratégico

Macrodesafio: "Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária".

2.6. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

A demanda prevista contempla os imóveis sob a responsabilidade do TRE/RR, onde funciona a sede do TRE/RR e anexo (garagem) e os Cartórios da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Zonas Eleitorais (Capital e Interior), conforme apresentado no item 3 do termo de referência.

2.7. Critério de aceitação do objeto

A licitação adequada é a de adjudicação por preço global, por se tratar de apenas um item e o objeto não se adequar ao parcelamento do objeto pretendendo ganho em

escala, portanto, o critério de julgamento será o de menor preço global, destacando que a opção mencionada não restringirá o caráter competitivo do certame. A considerada, também, a economicidade gerada para a Administração, a dinamização do processo de execução e uniformização dos serviços, fiscalização e gestão do contrato, em razão de ser efetuada a contratação de uma única empresa para o fornecimento dos serviços em tela.

Os serviços serão recebidos pelo fiscal do contrato, a partir da entrega da apólice, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo, na proposta e na Apólice.

3. Seguro a ser contratado - bens a serem segurados, coberturas e franquias.

3.1 Dos bens:

Os imóveis a serem segurados encontram-se indicados no quadro abaixo, com sua descrição básica, endereço e área construída:

3.2.1 O valor do prêmio do seguro dos bens móveis e imóveis – prédio Sede, anexo (garagem) e Cartórios Eleitorais ficou estimado em **R\$ 17.422,24 (dezessete mil quatrocentos e vinte e dois reais e vinte e quatro centavos)** conforme quadro abaixo:

PRÉDIOS CAPITAL E INTERIOR DO ESTADO						
VALOR EM RISCO DECLARADO - VRD						
Item	Local	Área Construída m²	Valor do Imóvel (R\$)	Valor dos Bens Móveis (R\$)	Valor do Imóvel+ Bens Móveis (R\$)	Valor do Seguro
1	TRE - Sede Av. Juscelino Kubitschek, 543 - São Pedro - CEP 69.306-685 - Boa Vista	2.857	8.398.054,00	12.904.463,10	21.302.517,10	R\$ 7.207,55
2	1ª Zona Eleitoral - Av. Santos Dumont, 760 - São Pedro - CEP 69.306-040 - Boa Vista	1.000	3.099.000,00	300.981,67	3.399.981,67	R\$ 2.522,77
3	2ª Zona Eleitoral - Praça do Centro Cívico, s/n.º, Centro - CEP 69.306-000 - Caracarái	412	364.676,00	351.020,28	715.696,28	R\$ 1.039,38
4	3ª Zona Eleitoral - Rua. Antônio Dourado de Santana, s/n.º, Centro - CEP 69.350-000 - Alto Alegre	412	396.270,00	368.445,32	764.715,32	R\$ 1.039,38
5	4ª Zona Eleitoral - Av. Ataliba G. de Laia, s/n.º - CEP 69.370-000 - São Luiz do Anauá	412	396.270,00	403.399,48	799.669,48	R\$ 1.039,38
6	5ª Zona Eleitoral - Av. Nazaré Filgueiras, 2077, Píntolândia - CEP 69.316-715 - Boa Vista	685	396.270,00	570.413,39	966.683,39	R\$ 1.728,10
7	6ª Zona Eleitoral - Av. Padre Ricardo Silvestre, 269, Centro - CEP 69.340-000 - Mucajaí	376	900.000,00	360.654,67	1.260.654,67	R\$ 948,56
8	7ª Zona Eleitoral - Av. Guiana, s/n, Centro - CEP 69.345-000 - Pacaraima	376	900.000,00	539.966,83	1.439.966,83	R\$ 948,56
9	8ª Zona Eleitoral - Av. Francisco Reginato, s/n.º - CEP 69.373-000 - Rorainópolis	376	900.000,00	408.041,96	1.308.041,96	R\$ 948,56
Total Geral (R\$)		6.906	15.750.540,00	16.207.386,70	31.957.926,70	R\$ 17.422,24

3.2.2 O valor acima estimado do prêmio é relativo ao período de 12 meses, já incluso o valor da apólice.

3.2 Das Coberturas e franquias, conforme o dano:

Item	Tipo de Cobertura	Risco	LMI -Valor (R\$)	Franquia percentual (%)	Franquia mínima (R\$)
1	Incêndio (inclusive em consequência de tumultos), raio e explosão de qualquer natureza.	Relativo	31.957.926,70	Sem franquia	-
2	Danos elétricos	Absoluto	75.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis	R\$ 500,00

3	Quebra de vidros, espelhos, mármore e granitos	Absoluto	15.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis	R\$ 300,00
4	Vendaval, furacão, ciclone, granizo, tornado e fumaça	Relativo	40.000,00	Sem franquia	-
5	Alagamentos	Absoluto	75.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis	R\$ 500,00
6	Furto qualificado e roubo de bens	Absoluto	25.000,00	Sem franquia	-
7	Responsabilidade civil operação	Absoluto	40.000,00	Sem franquia	-
8	Recomposição de registros e documentos	Absoluto	20.000,00	Sem franquia	-

LMI - Limite Máximo de Indenização

3.3 Descritivo detalhado do objeto

3.3.1 Do conteúdo dos imóveis - A cobertura deverá abranger também os bens móveis que guarnecem os edifícios e os que lhes são agregados. Será considerado para efeito de seguro o seguinte conteúdo:

- a) computadores;
- b) equipamentos de informática;
- c) urnas eletrônicas;
- d) utensílios de copa;
- e) mobiliário;
- f) persianas;
- g) cortinas;
- h) divisórias;
- i) cabos lógicos;
- j) quadros elétricos;
- k) CFTV;
- l) PABX principal e aparelhos telefônicos;
- m) materiais gráficos e de expediente;
- n) aparelhos de ar condicionados; e
- o) rack em metal.

3.3.2 Dos imóveis - informações complementares e sistema de combate e alarme de incêndio

a) No Edifício Sede e Anexo (garagem) são realizadas atividades administrativas e judiciais. Os referidos prédios são dotados de muro e gradil em toda a sua área externa, bem como vigilância armada 24 (vinte e quatro) horas, SPDA (para-raios) e sistema de combate a incêndio composto de extintores de incêndio e hidrante interno com distribuição de mangueiras nos três pavimentos. No referido prédio são realizadas atividades operacionais como, por exemplo, a manutenção de urnas eletrônicas, armazenamento e sua distribuição, bem como de materiais de expediente, armazenamento e classificação de documentos administrativos e judiciais.

b) Nos Cartórios Eleitorais são realizadas atividades administrativas e judiciais. Nos referidos prédios são armazenadas urnas eletrônicas e materiais de expediente. São dotados de muro e gradis em todas suas extensões, bem como extintores de incêndio e hidrantes. Os imóveis são construídos em alvenaria, esquadrias de alumínio com vidro e portas. O forro é de PVC. Em especial, no Cartório da 1ª Zona Eleitoral tem-se, ainda, o armazenamento de móveis, equipamentos de informática, eletrônicos novos e usados, materiais elétricos, hidráulicos e outros de construção destinados à manutenção predial e possui muro em toda a sua extensão e extintores de incêndio e hidrantes.

c) Não houve registro de sinistro nos últimos 5 (cinco) anos. Este será o segundo seguro para os prédios do TRE/RR e Cartórios Eleitorais.

d) As edificações a serem seguradas não estão em construção ou em reforma. As intervenções de manutenção são realizadas rotineiramente.

e) Os móveis, utensílios, máquinas e equipamentos poderão ser remanejados entre os prédios ou suas dependências pela Contratante, sem qualquer prejuízo ou adicional à cobertura contratada.

f) Dentre os imóveis a serem assegurados não existe prédio tombado pelo Patrimônio Histórico.

3.3.3 Dos riscos cobertos - O Seguro consiste na garantia de pagamento de indenização por danos ou prejuízos e deverá compreender as seguintes coberturas:

a) Cobertura Básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, inclusive as decorrentes de tumultos, para o prédio, instalações e equipamentos indispensáveis ao funcionamento da sede do TRE/RR e Cartórios Eleitorais.

b) Coberturas Acessórias para danos elétricos, responsabilidade civil, furto qualificado e roubo de bens, quebra de vidros, alagamento, vendaval, para o prédio, instalações e equipamentos indispensáveis ao funcionamento da sede do TRE/RR e Cartórios Eleitorais.

3.4 O seguro contra incêndio deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados de incêndio, explosão, mesmo que decorrentes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros ou de tumultos, e, ainda, raio e suas consequências.

3.5 Se danos múltiplos e/ou sucessivos forem associados a diversos fatos geradores, sem que haja possibilidade de individualizá-los com respeito àqueles danos, numa relação de causa e efeito perfeitamente definida, o conjunto, formado por todos eles, será interpretado como uma única "ocorrência".

3.6 Na hipótese de sinistro decorrente de risco simultaneamente amparado por várias coberturas, prevalecerá aquela que for mais favorável à Contratante, a seu critério, não sendo admitida, em hipótese alguma, a acumulação de coberturas e seus respectivos limites máximos de indenização contratados.

3.7 Os eventuais desembolsos efetuados pela Contratante, decorrentes de Despesas de Salvamento durante e/ou após a ocorrência do sinistro e os valores referentes aos danos materiais comprovadamente causados pela Contratante e/ou terceiros com objetivo de evitar o sinistro, minorar o dano, ou salvaguardar o bem, também estão garantidos pelo presente seguro, limitados, porém, ao limite máximo de indenização da cobertura afetada pelo sinistro, quando não contratada cobertura específica.

3.8 A apólice deve contemplar as coberturas pretendidas e condições estabelecidas no Termo de Referência.

3.9 É vedada a incidência de IOF, com base no Decreto nº 6.306/2007, alterado pelo Decreto nº 10.377/2020.

4. Condições de habilitação

Para habilitação no certame será exigido dos interessados situação regular quanto aos tributos: federal, estadual e municipal, bem como qualificações técnica e econômico-financeira que porventura estejam previamente definidas no edital de licitação.

4.1 Qualificação Técnica:

a) 1 (um) ou mais atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que o licitante executa ou executou satisfatoriamente os serviços enumerados neste termo de referência.

b) A licitante deverá apresentar documento emitido pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), comprovando regularidade da licitante para operar no mercado de seguros do Brasil, conforme estabelecido no art. 74 do Decreto-Lei n.º 73/1966.

4.2 Classificação dos serviços:

4.2.1. O objeto do presente termo de referência revela-se como contratação de serviços comuns, nos termos do inciso II do art. 3º, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, considerando que os padrões de desempenho e qualidade se encontram objetivamente definidos, por meio de especificações e usuais no mercado.

5. Critérios de sustentabilidade:

5.1. Quanto aos critérios de sustentabilidade, não se aplica na execução do objeto, uma vez que os serviços a serem contratados referem-se ao pagamento de indenizações por prejuízos ocorridos decorrente de riscos cobertos.

6. Vistoria

6.1 É facultado ao licitante realizar uma Vistoria Técnica nos imóveis onde serão executados os serviços, a fim de conhecer as instalações pertinentes e o grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento, no horário das 8h às 14h, por meio do telefone (95) 2121-7000, utilizando modelo constante do Anexo do Termo de Referência.

6.2 Tendo em vista a faculdade de realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade

existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, em decorrência da execução do objeto desta licitação.

6.3 O prazo para a realização da Vistoria Técnica terá início no primeiro dia útil após a publicação do Edital e encerrar-se-á no dia útil anterior à abertura da sessão pública.

7. Fonte de Recursos

7.1. A despesa para atender a execução objeto deste termo de referência correrá à conta de recursos previstos no Orçamento da União - TRE/RR para o exercício de 2022, na Ação Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral — Elemento de Despesa: 33.90.00.

8. Da apólice

I) A emissão da apólice, certificado ou endosso será feita em até 15(quinze) dias contados a partir da data de recebimento da Carta-Contrato, ou da assinatura do respectivo contrato.

II) Da apólice, deverão constar, além destas Condições Gerais, das Condições Especiais para as coberturas efetivamente contratadas, as seguintes informações:

- a) A identificação da seguradora, com o respectivo CNPJ;
- b) O número do processo administrativo do TRE/RR que identifica o plano comercializado;
- c) As datas de início e fim de sua vigência;
- d) As coberturas contratadas;
- e) O Limite Máximo de Garantia da apólice e o Limite Máximo de Indenização, por cobertura contratada;
- f) O valor, à vista, do prêmio e a data limite para o seu pagamento;
- g) O nome ou a razão social do segurado;
- h) A discriminação, por item, dos imóveis cobertos pelo seguro, incluindo instalações e conteúdo (**Bens Móveis**);
- i) A discriminação dos prejuízos indenizáveis e dos direitos do segurado;
- j) A informação de que o prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias úteis, a contar da entrega da documentação completa necessária para esta finalidade.

8.1 Prazo de entrega e vigência da apólice

- a) A apólice relativa ao objeto da presente contratação deverá ser entregue no Tribunal Regional Eleitoral de Roraima na Coordenadoria de Material e Patrimônio, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data de recebimento da Carta-Contrato ou da assinatura do contrato, em data e horário previamente combinado com a Administração.
- b) O recebimento provisório da apólice, para efeito de posterior verificação de sua conformidade, será realizado no ato de sua entrega.
- c) O recebimento definitivo será realizado no prazo de até 10 (dez) dias após a entrega da apólice.
- d) O fato de a seguradora deixar de entregar a apólice no prazo estipulado na alínea "a", do item 8.1 não a exime de prestar a cobertura contratada, na ocorrência de sinistros e/ou problemas correlatos.
- e) A vigência da apólice, objeto da presente contratação, será de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir da zero hora posterior à assinatura do contrato, independentemente de ter ocorrido a emissão e entrega da apólice.

8.2 Prazo de vigência do contrato

- a) O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de sua assinatura podendo ser prorrogado, mediante celebração de termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses termos do artigo 57, II, da Lei n. 8.666/93, respeitando o bônus a que a administração vier a fazer jus.
- b) No caso de prorrogação do contrato, fica a contratada obrigada a apresentar nova apólice de seguro, a vigor a partir do dia e do horário imediatamente seguintes à expiração da apólice anterior.
- c) O percentual final de variação do valor do prêmio não poderá ultrapassar o percentual limite permitido por lei;

d) O prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias úteis, a contar da entrega da documentação completa necessária para esta finalidade.

9. Da renovação da Apólice

9.1 Poderá ocorrer a prorrogação da vigência do seguro, a critério da Contratante, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57 inciso II da lei 8666/93, respeitando o bônus a que a administração vier a fazer jus.

9.2 O percentual final de variação do valor do prêmio não poderá ultrapassar o percentual limite permitido por lei.

9.3 A atualização dos valores dos bens móveis e imóveis a serem segurados na prorrogação contratual incluirá pesquisa de preço previamente à celebração do apostilamento, para fins de verificação da compatibilidade do prêmio do seguro com os valores de mercado.

10. Sinistro

10.1 O prazo máximo de início do atendimento/avaliação dos danos causados aos bens móveis e imóveis será até o primeiro dia útil seguinte, contado a partir do aviso emitido pela Contratante.

10.2 A contratada deverá garantir o pagamento das indenizações previstas no contrato dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da entrega da documentação completa necessária para essa finalidade, de acordo com as normas estabelecidas pela SUSEP.

11. Fiscalização do contrato

11.1. Nos termos do permissivo contido nos [arts. 2.º e 5.º da Lei 11.419/2006](#), as intimações serão feitas por meio eletrônico, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

11.2. Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.

11.3. Na hipótese do sub-ítem 11.2, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

11.4. A consulta referida nos sub-ítem 11.2 e 11.3 deverá ser feita em até 10 dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

11.5. Em caráter informativo, poderá ser efetivada remessa de correspondência eletrônica, comunicando o envio da intimação e a abertura automática do prazo processual nos termos do item 11.4, aos que manifestarem interesse por esse serviço.

11.6. Nos casos urgentes em que a intimação feita na forma desta cláusula possa causar prejuízo a quaisquer das partes ou nos casos em que for evidenciada qualquer tentativa de burla ao sistema, o ato processual deverá ser realizado por outro meio que atinja a sua finalidade.

11.7 Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo titular do Serviço de Segurança ou por representante da Contratante, devidamente designado para esse fim, permitida a assistência de terceiros, nos termos do art. 67 da lei 8.666/93.

11.8 A atestação de conformidade do fornecimento do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

12. Preposto

12.1 A Contratada deverá nomear preposto e disponibilizar ao Contratante todos os meios de contato existentes, como: nome, endereço, e-mail e telefone do responsável pela execução dos serviços, durante o período de vigência do contrato.

12.2 O preposto deverá apresentar-se à Unidade fiscalizadora antes do início da execução do contrato, para tratar dos assuntos pertinentes à sua fiel execução.

13. Obrigações da Contratante

Para o fiel cumprimento do objeto desta contratação, a Contratante se compromete a:

13.1 Acompanhar, fiscalizar e avaliar a prestação dos serviços objeto desta contratação, não obstante a Contratada ser a única e exclusiva responsável pela sua execução, reservando-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização,

diretamente ou por prepostos designados;

13.2 Proporcionar à Contratada todas as facilidades para que possa desempenhar o objeto do contrato de forma satisfatória;

13.3 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;

13.4 Comunicar oficialmente à Contratada qualquer falha ocorrida, considerada de natureza grave.

13.5 Promover o pagamento da nota fiscal/fatura/apólice;

13.6 Aplicar a empresa Contratada as sanções previstas, em caso de descumprimento da legislação vigente.

13.7 Comunicar o sinistro à Contratada dentro do prazo máximo de 24 horas;

13.8. Fornecer ou facilitar o acesso a toda espécie de informações sobre as circunstâncias e consequências do sinistro;

13.9. Informar precisamente os dados para a emissão da apólice.

14. Obrigações da Contratada

Após a assinatura do instrumento contratual, a Contratada se compromete a:

14.1 Comunicar à Administração do Órgão qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados e manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação exigidas deste Pregão;

14.2 Assumir a responsabilidade por encargos fiscais e comerciais resultantes de contratação relacionada com o objeto deste Pregão;

14.3 Planejar, conduzir e executar os serviços com integral observância das disposições contidas neste termo de referência.

14.4 Responsabilizar-se pelas despesas diretas e indiretas e quaisquer ônus decorrentes da execução dos serviços contratados.

14.5 Responsabilizar-se pelos danos decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato causados diretamente à Administração ou a terceiros.

14.6 Cumprir todas as legislações federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes durante a execução do contrato, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que der causa.

14.7 Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei e neste termo de referência.

14.8 Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato.

14.9 Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, considerando as normas vigentes da SUSEP - Superintendências de Seguros Privados.

14.10 Disponibilizar ao Contratante telefone de contato da central de atendimento para eventuais comunicações de avisos sinistros.

15. Sanções Administrativas

15.1. Garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

15.1.1 - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

15.1.2 - não entregar a documentação exigida no edital;

15.1.3 - apresentar documentação falsa;

15.1.4 - causar o atraso na execução do objeto;

15.1.5 - não manter a proposta;

15.1.6 - falhar na execução do contrato;

15.1.7 - fraudar a execução do contrato;

15.1.8 - comportar-se de modo inidôneo;

15.1.9 - declarar informações falsas; e

15.1.10 - cometer fraude fiscal.

15.1.11 As sanções descritas no caput também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

15.1.12 As sanções serão registradas e publicadas no Sicaf.

15.1.13 A licitante estará sujeita à multa de até 30% por cento do valor estimado para a contratação quando incorrer em uma das hipóteses da condição anterior.

15.1.14 A Contratada ficará sujeito, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração do Órgão emissor do pedido, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

1. advertência;

2. multa de:

a) 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia sobre o valor do item, em caso de atraso na entrega, limitada a incidência a 20 (vinte) dias.

b) 15% (quinze por cento) sobre o valor do item, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a", ou de inexecução parcial da obrigação assumida. Após o vigésimo dia de atraso, a critério do TRE/RR, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do item, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

15.2 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Órgão emissor do pedido, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

15.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

15.4 As sanções de multa e eventuais descontos do(s) pagamento(s) a ser efetuado(s) poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do Órgão emissor do pedido e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; descontando-a do pagamento a ser efetuado.

16. Pagamento

16.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após o recebimento da apólice, desde que a empresa esteja em dia com suas obrigações fiscais e atenda a todas as exigências contidas no contrato. A Contratada emitirá a **Apólice, por localidade**, conforme item 3 deste Termo de Referência;

16.2. A contratada quando apresentar fatura/nota fiscal para pagamento deverá informar o enquadramento tributário referente ao objeto contratado e fazer constar todas as alíquotas na nota fiscal, devendo também indicar o fundamento legal em caso de não incidência, isenção tributária ou qualquer outro benefício, sob pena de sofrer retenções na fonte nos percentuais máximos previstos em lei.

16.2.1. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes tributos:

16.2.1.1. Imposto sobre a renda - IRPJ, da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15/12/2004 (Anexo I) e alterações, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações e IN RFB nº 1.234/12.;

16.2.1.2. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar n.º 116, de 31/07/2003 e alterações, c/c a legislação distrital em vigor. Em especial a regra geral contida no caput do art. 3º, que o ISS é devido "no município do estabelecimento do prestador do serviço" (art. 3º da LC 116/2003), mais deve-se consultar os regulamentos de ISS específicos de cada município do(s) local(is) da prestação do serviço, tendo em vista a previsão contida no art. 6º da LC nº 116/2003;

16.2.1.3. Retenções previdenciárias aplicável aos casos de cessão de mão-de-obra ou empreitada, quando for o caso, observando a IN RFB nº 971/09, em especial a partir do art. 112, bem como o art. 7º da Lei nº 12.546/11.

16.2.1.3.1. No caso de cessão de mão-de-obra ou empreitada, haverá retenções previdenciária, por isso a Contratada deverá indicar o CNAE da atividade principal, bem como a CNAE da atividade relacionada à prestação do serviço (CNAE principal ou secundário)

16.2.1.3.2. Optante pelo Simples Nacional (salvo os serviços de construção civil, vigilância e limpeza ou conservação) ou Entidade Beneficente de Assistência Social **NÃO** estão sujeitos à retenção da Contribuição Previdenciária (INSS), (conforme art. 18, § 5º-C da LC 123/06 ou art. 149 da IN RFB nº 971/09, respectivamente);

16.2.1.4. Optante pelo Simples Nacional, Entidade Sem Fins Lucrativos ou Entidade Beneficente de Assistência Social **NÃO** estão sujeitos à retenção

dos Tributos Federais (IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS), observado o art. 6º da IN RFB nº 1.234/12, devendo enviar a declaração com o devido enquadramento. No caso de Entidade Beneficente de Assistência Social, que atue nas áreas da saúde, da educação e/ou da assistência social, será necessário adicionalmente enviar o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), conforme art. 6º, § 6º e §7º da IN RFB 1.234/12, alterada pela IN RFB 1.540/15. Não serão aceitos comprovantes de protocolos de requerimento de concessão ou renovação do CEBAS

16.3. A cada solicitação de pagamento a empresa deve comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação da licitação. Essa comprovação poderá ser mediante a regularidade junto ao SICAF.

16.4. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

17. São expressamente vedadas à Contratada

A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração da Contratante.

18. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

19. Disposições finais

Os casos omissos serão solucionados pela Diretoria-Geral.

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

DECLARAÇÃO DE LICITANTE QUE REALIZOU A VISTORIA TÉCNICA

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, CNPJ/MF, sob o n.º _____, com sede na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade n.º _____, expedida pela _____ e inscrito no Cadastro da Pessoa Física, CPF/MF sob o n.º _____, visitou o local/Sede/Cartório Eleitoral, tomando conhecimento do ambiente em que será prestado o serviço, objeto deste **Pregão** e das condições que possam ter influência na formulação da proposta.

Boa Vista - RR, __ de ____ de 2022__.

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA ORÇAMENTO ESTIMATIVO

Pelo seguro objeto do presente, a Contratante pagará à Contratada o prêmio no valor total de R\$ _____ (_____), destinado à cobertura dos bens móveis e imóveis abaixo discriminados:

Bens	Valor do prêmio*
1. Prédio Edifício - Sede TRE/RR	R\$
2. Prédio - 1ª Zona Eleitoral	R\$
3. Prédio - 2ª Zona Eleitoral	R\$
4. Prédio - 3ª Zona Eleitoral	R\$
5. Prédio - 4ª Zona Eleitoral	R\$
6. Prédio - 5ª Zona Eleitoral	R\$
7. Prédio - 6ª Zona Eleitoral	R\$
8. Prédio - 7ª Zona Eleitoral	R\$
9. Prédio - 8ª Zona Eleitoral	R\$

*O valor do prêmio deve considerar o período de 12 meses e incluir o valor da apólice.

Boa Vista – RR, 23 de março de 2022.

Antonio Ferreira Gomes

Coordenador de Apoio Administrativo e Engenharia- Integrante Demandante

Nayra Brandão Rocha

Assessora de Contratos - Integrante Administrativo

Maria Auxiliadora Simas Novo

Chefe da Seção de Patrimônio/CMP

Janilze Rodrigues Santos

Analista Judiciário - Área Administrativa - TRE/RR



Documento assinado eletronicamente por **ADEMARCIO DA SILVA, Assessor**, em 15/10/2022, às 12:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-rr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **0733803** e o código CRC **F81604D0**.

0001910-07.2022.6.23.8000

0733803v13

ANEXO I - MINUTA DO CONTRATO

* MINUTA DE DOCUMENTO

DOD:		Processos:		Fornecedor:	
ETP:		Vigência:		CNPJ:	
TR:		Valor:		Objeto:	
Edital:		Garantia:		Fundamento:	
Proposta:		Conta vinc.:	n/a	Preposto:	
ARP:		Fiscais:		Apostila:	
Contrato:					
Aditivos:					
Empenhos:					

MINUTA TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA - TRE/RR E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX PARA XX.

CONTRATANTE: A **UNIÃO**, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA - TRE/RR**, com sede na Av. Juscelino Kubitschek, n.º 543, São Pedro, nesta Capital, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 05.955.085/0001-85, neste ato representado por seu Diretor-Geral, o senhor **Adriano Nogueira Batista**, nomeado(a) pela Portaria 211/2020, de 26 de agosto de 2020, publicada no DJE n.º 164 de 27 de agosto de 2020, com fulcro no art. 70, XVIII, da Resolução 487/2022 SEI nº (0700568) - Regulamento da Secretaria deste Tribunal.

CONTRATADA: A empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º XXXXXXXX, com sede localizada na XXXXXXXX - CEP XXXXXXXX - Fone: XXXXXXXX - e-mail: XXXXXXXX - neste ato representado(a) pelo(a) senhor(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, representante legal da empresa.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Em observância às disposições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 2.271, de 7 de julho de 1997, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão n.º xx/2021 (evento) que consta no Processo n.º (xxxxxxx), e da Ata de Registro de Preços xx/2021 (evento), constante no Processo n.º (xxxxx) mediante as cláusulas e condições a abaixo enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de seguro predial para cobertura dos bens móveis e imóveis da Justiça Eleitoral, situados na Capital e no interior do Estado de Roraima, contra riscos de incêndio, queda de raio, explosão e riscos diversos (alagamentos, vendaval, danos elétricos e quebra de vidros), e os decorrentes de tumultos, roubo de bens ou furto qualificado, responsabilidade civil, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência (xxxxx) e seus anexos.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Termo de Referência (XXXXX), ao Edital e demais anexos da Licitação (xxxxxxx) e a proposta (xxxxx) vencedora da licitação independentemente de transcrição.

1.3. O objeto desta contratação encontra-se, conforme quadro abaixo:

PRÉDIOS CAPITAL E INTERIOR DO ESTADO						
VALOR EM RISCO DECLARADO - VRD						
Item	Local	Área Construída m²	Valor do Imóvel (R\$)	Valor dos Bens Móveis (R\$)	Valor do Imóvel+ Bens Móveis (R\$)	Valor do Seguro
1	TRE - Sede Av. Juscelino Kubitschek, 543 - São Pedro - CEP 69.306-685 - Boa Vista	2.857	8.398.054,00	12.904.463,10	21.302.517,10	R\$ xxxxxx
2	1ª Zona Eleitoral - Av. Santos Dumont, 760 - São Pedro - CEP 69.306-040 - Boa Vista	1.000	3.099.000,00	300.981,67	3.399.981,67	R\$ xxxxxx
3	2ª Zona Eleitoral - Praça do Centro Cívico, s/n.º, Centro - CEP 69.306-000 - Caracarái	412	364.676,00	351.020,28	715.696,28	R\$ xxxxxx
4	3ª Zona Eleitoral - Rua. Antônio Dourado de Santana, s/n.º, Centro - CEP 69.350-000 - Alto Alegre	412	396.270,00	368.445,32	764.715,32	R\$ xxxxxx
5	4ª Zona Eleitoral - Av. Ataliba G. de Laia, s/n.º - CEP 69.370-000 - São Luiz do Anauá	412	396.270,00	403.399,48	799.669,48	R\$ xxxxxxxx
6	5ª Zona Eleitoral - Av. Nazaré Filgueiras, 2077, Pintolândia - CEP 69.316-715 - Boa Vista	685	396.270,00	570.413,39	966.683,39	R\$ xxxxxx
	6ª Zona Eleitoral - Av. Padre					

7	Ricardo Silvestre, 269, Centro - CEP 69.340-000 - Mucajaí	376	900.000,00	360.654,67	1.260.654,67	R\$ xxxxxx
8	7ª Zona Eleitoral - Av. Guiana, s/n, Centro - CEP 69.345-000 - Pacaraima	376	900.000,00	539.966,83	1.439.966,83	R\$ xxxxxx
9	8ª Zona Eleitoral - Av. Francisco Reginato, s/n.º - CEP 69.373-000 - Rorainópolis	376	900.000,00	408.041,96	1.308.041,96	R\$ xxxxxx
Total Geral (R\$)		6.906	15.750.540,00	16.207.386,70	31.957.926,70	R\$ xxxxxxxx

1.4. O valor acima estimado do prêmio é relativo ao período de 12 meses, já incluso o valor da apólice.

1.5. Das Coberturas e franquias, conforme o dano:

Item	Tipo de Cobertura	Risco	LMI - Valor (R\$)	Franquia percentual (%)	Franquia mínima (R\$)
1	Incêndio (inclusive em consequência de tumultos), raio e explosão de qualquer natureza.	Relativo	31.957.926,70	Sem franquia	-
2	Danos elétricos	Absoluto	75.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis	R\$ 500,00
3	Quebra de vidros, espelhos, mármore e granitos	Absoluto	15.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis	R\$ 300,00
4	Vendaval, furacão, ciclone, granizo, tornado e fumaça	Relativo	40.000,00	Sem franquia	-
5	Alagamentos	Absoluto	75.000,00	10% dos prejuízos indenizáveis	R\$ 500,00
6	Furto qualificado e roubo de bens	Absoluto	25.000,00	Sem franquia	-
7	Responsabilidade civil operação	Absoluto	40.000,00	Sem franquia	-
8	Recomposição de registros e documentos	Absoluto	20.000,00	Sem franquia	-

LMI - Limite Máximo de Indenização

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início na data de sua assinatura.

2.1.1 O presente contrato poderá ser prorrogado, mediante celebração de termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses termos do artigo 57, II, da Lei n. 8.666/93, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente:

- 2.1.1.1. os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.1.2. esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.1.3. seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.1.4. seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.1.1.5. seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
- 2.1.1.6. haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- 2.1.1.7. seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. O valor total da contratação é de R\$, conforme proposta vencedora do Pregão Eletrônico nº xxxxxxxx.

PRÉDIOS CAPITAL E INTERIOR DO ESTADO			
VALOR EM RISCO DECLARADO - VRD			
Item	Local	Área Construída m²	Valor do Seguro
1	TRE - Sede Av. Juscelino Kubitschek, 543 - São Pedro - CEP 69.306-685 - Boa Vista	2.857	R\$ xxxxxx
2	1ª Zona Eleitoral - Av. Santos Dumont, 760 - São Pedro - CEP 69.306-040 - Boa Vista	1.000	R\$ xxxxxx
3	2ª Zona Eleitoral - Praça do Centro Cívico, s/n.º, Centro - CEP 69.306-000 - Caracaraí	412	R\$ xxxxxx
4	3ª Zona Eleitoral - Rua. Antônio Dourado de Santana, s/n.º, Centro - CEP 69.350-000 - Alto Alegre	412	R\$ xxxxxx
5	4ª Zona Eleitoral - Av. Ataliba G. de Laia, s/n.º - CEP 69.370-000 - São Luiz do Anauá	412	R\$ xxxxxxxx
6	5ª Zona Eleitoral - Av. Nazaré Filgueiras, 2077, Pintolândia - CEP 69.316-715 - Boa Vista	685	R\$ xxxxxx
7	6ª Zona Eleitoral - Av. Padre Ricardo Silvestre, 269, Centro - CEP 69.340-000 - Mucajaí	376	R\$ xxxxxx
8	7ª Zona Eleitoral - Av. Guiana, s/n, Centro - CEP 69.345-000 - Pacaraima	376	R\$ xxxxxx
9	8ª Zona Eleitoral - Av. Francisco Reginato, s/n.º - CEP 69.373-000 - Rorainópolis	376	R\$ xxxxxx
Total Geral (R\$)		6.906	R\$ xxxxxxxx

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos

sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. A execução será indireta na modalidade fornecimento e prestação de serviço associado, pois o regime de contratação envolve fornecimento do objeto (materiais/equipamentos), e também serviços (mão de obra).

3.4. O pagamento será por preço unitário, isto é, por preço certo de unidades determinadas;

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. O crédito pelo qual correrá a despesa estão programadas em dotação orçamentária própria conforme classificação funcional programática e categoria econômica abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/070028

Fonte: xxxxx

Programa de Trabalho: xxxxxxxx

Elemento de Despesa: xxxxxxxx

Pl: xxxxxxxx

Nota de empenho: xxxxxxx

4.2. Para o presente exercício as despesas serão custeadas pela Nota de Empenho xxxxxxx.

4.3. Para os exercícios seguintes, as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos Orçamentos, ficando a Contratante obrigada a apresentar, no início de cada exercício, a respectiva nota de empenho estimativa e, havendo necessidade, emitir Nota de Empenho complementar, respeitada a mesma classificação orçamentária, sendo que a indicação dos créditos e empenhos para sua cobertura será oportunamente realizada por meio de termos aditivos ou apostilamentos.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO, REAJUSTES E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

5.1. Os critérios e a periodicidade e prazo para pagamento à CONTRATADA encontram-se definidos no Termo de Referência (xxxxx).

5.1.1. Não havendo prazo definido no Termo de Referência, fica estabelecido que:

5.1.1.1. O pagamento será efetuado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do atesto definitivo pelo fiscal do contrato na fatura/nota fiscal, em relação ao item concluído ou entregue;

5.1.1.2. Junto com a fatura/nota fiscal a contratada deverá fazer a indicação domicílio bancário ou outro meio/local, sem erro ou rasura, para recebimento de pagamento;

5.2. A contratada quando apresentar fatura/nota fiscal para pagamento deverá informar o enquadramento tributário referente ao objeto contratado e fazer constar todas as alíquotas na nota fiscal, devendo também indicar o fundamento legal em caso de não incidência, isenção tributária ou qualquer outro benefício, sob pena de sofrer retenções na fonte nos percentuais máximos previstos em lei.

5.2.1. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes tributos:

5.2.1.1. Imposto sobre a renda - IRPJ, da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15/12/2004 (Anexo I) e alterações, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações e IN RFB nº 1.234/12.;

5.2.1.2. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003 e alterações, c/c a legislação distrital em vigor. Em especial a regra geral contida no caput do art. 3º, que o ISS é devido "no município do estabelecimento do prestador do serviço" (art. 3º da LC 116/2003), mais deve-se consultar os regulamentos de ISS específicos de cada município do(s) local(is) da prestação do serviço, tendo em vista a previsão contida no art. 6º da LC nº 116/2003;

5.2.1.3. Retenções previdenciárias aplicável aos casos de cessão de mão-de-obra ou empreitada, quando for o caso, observando a IN RFB nº 971/09, em especial a partir do art. 112, bem como o art. 7º da Lei nº 12.546/11.

5.2.1.3.1. No caso de cessão de mão-de-obra ou empreitada, haverá retenções previdenciária, por isso a Contratada deverá indicar o CNAE da atividade principal, bem como a CNAE da atividade relacionada à prestação do serviço (CNAE principal ou secundário)

5.2.1.3.2. Optante pelo Simples Nacional (salvo os serviços de construção civil, vigilância e limpeza ou conservação) ou Entidade Beneficente de Assistência Social **NÃO** estão sujeitos à retenção da Contribuição Previdenciária (INSS), (conforme art. 18, § 5º-C da LC 123/06 ou art. 149 da IN RFB nº 971/09, respectivamente);

5.2.1.4. Optante pelo Simples Nacional, Entidade Sem Fins Lucrativos ou Entidade Beneficente de Assistência Social **NÃO** estão sujeitos à retenção dos Tributos Federais (IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS), observado o art. 6º da IN RFB nº 1.234/12, devendo enviar a declaração com o devido enquadramento. No caso de Entidade Beneficente de Assistência Social, que atue nas áreas da saúde, da educação e/ou da assistência social, será necessário adicionalmente enviar o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), conforme art. 6º, § 6º e §7º da IN RFB 1.234/12, alterada pela IN RFB 1.540/15. Não serão aceitos comprovantes de protocolos de requerimento de concessão ou renovação do CEBAS

5.3. A cada solicitação de pagamento a empresa deve comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação da licitação. Essa comprovação poderá ser mediante a regularidade junto ao SICAF.

5.4. O prazo do item 5.1.1.1. somente será considerado quando não houver nenhuma pendência a ser sanada pela contratada. Havendo necessidade de

reapresentação de nova nota fiscal ou de comprovação de regularidade da habilitação o prazo pode ser interrompido, voltando a fluir após a resolução das pendências.

5.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo **Tribunal de Regional Eleitoral de Roraima**, entre a data de efetivo pagamento e a data correspondente ao efetivo adimplemento do serviço ou entrega do bem, será obtida mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de atualização financeira = 0,0023014, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{0,0023014} \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

5.6. Os preços dos serviços objeto deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, podem ser reajustados para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

5.6.1. Os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços será 12 (doze) meses contado da data limite da apresentação da proposta de preços pela licitante no caso do primeiro reajuste. Para os reajustes subsequentes ao primeiro, a data será a de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

5.6.2. O critério de atualização monetária será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, mantido IBGE, acumulado em 12 (doze) meses. O índice será aplicado sobre o valor inicial do contrato.

5.7. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

5.7.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e o contrato seja prorrogado sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

5.7.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

5.7.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

5.7.4. A repactuação/reajuste deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

5.7.4.1. A repactuação/reajuste será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos para o caso de fornecimento de bens ou de prestação de serviços.

5.8. O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso ou para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso será de 30 (trinta) dias úteis;

CLÁUSULA SEXTA - GARANTIA

6.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$, correspondente a 5% do valor do valor inicial do contrato, mediante a opção por uma das modalidades legais (caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária - art. 56 da Lei 8.666/93)

6.1.1. O prazo de apresentação da garantia será 10 (dez) dias, contados da data da assinatura do contrato.

6.1.2. A garantia terá validade de 90 dias após o término da vigência contratual.

6.2. A garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento.

6.3. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração.

6.4. A modalidade caução em dinheiro ou títulos da dívida pública deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, com correção monetária, em favor da Contratada.

6.5. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,05% do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2%.

6.6. O atraso superior a 25 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais.

6.7. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

6.8. A garantia será considerada extinta com a devolução da apólice, carta-fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada tenha cumprido todas as cláusulas do contrato;

6.9. O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

6.10. A garantia somente será liberada mediante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, observada a legislação que rege a matéria. Aplicável aos contratos que

tem mão de obra vinculadas ao contrato.

6.11. A CONTRATADA deverá renovar a garantia contratual nas hipóteses de utilização para pagamento de multas contratuais ou prorrogação de vigência contratual e/ou complementá-la em caso de modificação do valor do objeto contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DAS PARTES

7.1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. A CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência no Edital e seus anexos do Pregão Eletrônico n.º __/20__, deve:

7.2.1. nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-lo na execução do contrato, quando for o caso;

7.2.2. manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

7.2.3. comunicar à Administração da CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

7.2.4. arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução de serviços objeto deste contrato;

7.2.5. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto deste contrato;

7.2.6. responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

7.2.7. responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

7.3. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

7.4. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

7.5. A CONTRATANTE deve:

7.5.1. expedir a ordem de serviço/fornecimento;

7.5.2. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução do serviço, quando for necessário;

7.5.3. prestar informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante ou preposto da CONTRATADA;

7.5.4. exercer a fiscalização dos serviços prestados;

7.5.5. comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;

7.5.6. rejeitar, no todo ou em parte, serviços ou fornecimento executados em desacordo com o contrato;

7.5.7. efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas pela CONTRATADA todas as formalidades e exigências do contrato

CLÁUSULA OITAVA - DAS MULTAS, SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E RESCISÃO

8.1. Além das penalidades previstas no Termo de Referência e no Edital, cabe à CONTRATANTE aplicar à CONTRATADA as penalidades previstas nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, pelo atraso injustificado na execução, inexecução parcial ou total do objeto ou ainda erro de execução do objeto deste CONTRATO, bem como pelo descumprimento de suas obrigações ajustadas neste instrumento.

8.1.1. Em conformidade com as disposições previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA se descumprir as obrigações decorrentes do presente CONTRATO ficará sujeita, a critério da Administração, garantida a prévia defesa, às seguintes sanções:

ITEM I - Advertência;

ITEM II - Multa nos limites definidos no Termo de Referência;

ITEM III - Impedimento de contratar com a CONTRATANTE, no prazo de até 02 (dois) anos;

ITEM IV - Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública Federal - União, até que seja promovida a reabilitação, facultado à CONTRATADA o pedido de reconsideração da decisão ao Presidente do Tribunal no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo;

8.2. Se o valor total das multas aplicadas à CONTRATADA atingir 10% (dez por cento) do valor total do CONTRATO, o mesmo poderá ser rescindido, a juízo da CONTRATANTE;

8.3. - As multas e demais penalidades aqui previstas, serão aplicadas sem prejuízos das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou de processo administrativo e/ou judicial, quando for o caso;

8.4. As penalidades aplicadas, após regular processo administrativo, serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.5. Em quaisquer casos, a Administração haverá de comunicar formalmente ao indiciado qual foi a falta cometida, indicando os dispositivos contratuais infringidos, abrindo-se prazo para apresentação de defesa.

8.6. As penalidades acima são cumulativas entre si.

8.7. A rescisão do CONTRATO poderá se dar nos casos previstos nos art. 77, 78, 79 e 80 da Lei nº. 8.666/93, formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.8. A rescisão por ato unilateral e escrito da Administração ocorrerá nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA para apresentar defesa;

8.9. A rescisão amigável se dará por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

8.10. A rescisão amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

8.11. A rescisão amigável, por acordo entre as partes, será reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração **CONTRATANTE**;

8.12. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

9.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INTIMAÇÕES E DAS VEDAÇÕES

10.1. Nos termos do permissivo contido nos [arts. 2.º e 5.º da Lei 11.419/2006](#), as intimações serão feitas por meio eletrônico, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

10.2. Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização.

10.3. Na hipótese do sub-item 10.2, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

10.4. A consulta referida nos sub-itens 10.2 e 10.3 deverá ser feita em até 10 dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

10.5. Em caráter informativo, poderá ser efetivada remessa de correspondência eletrônica, comunicando o envio da intimação e a abertura automática do prazo processual nos termos do item 4, aos que manifestarem interesse por esse serviço.

10.6. Nos casos urgentes em que a intimação feita na forma desta cláusula possa causar prejuízo a quaisquer das partes ou nos casos em que for evidenciada qualquer tentativa de burla ao sistema, o ato processual deverá ser realizado por outro meio que atinja a sua finalidade.

10.7. É vedado à CONTRATADA:

10.7.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

10.7.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei;

10.7.3. contratar de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE durante a vigência deste contrato;

10.7.4. a veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE; e

10.7.5. A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme os requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa fiscalização.

11.2. Compete ao fiscal:

1º - Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução deste contrato, determinando a Contratada o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

2º - Informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

3º - Emitir ordem de serviços ou de fornecimento, quando for o caso.

4º - Receber, conferir e atestar as notas/faturas para pagamento.

11.3. O fiscal ao receber nota/fatura do contrato deverá verificar se há alguma inconsistência ou dúvidas na documentação entregue. Havendo a CONTRATADA será notificada para no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente e se for o caso corrigir e/ou substituir as notas/faturas.

11.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.666, de 1993, na Lei n.º 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei n.º 8.666, de 1993, quando for o caso de publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- FORO

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Roraima do TRF1 - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Boa Vista-RR,
de..... de 20.....

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Diretor-Geral

(documento assinado eletronicamente)

Representante legal da CONTRATADA

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato - Lei 8.666/93

I - Do objeto e seus elementos característicos;

II - Do regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - Do preço, condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - Dos prazos de início da execução, da conclusão, da entrega e do recebimento definitivo, conforme o caso;

V - Do crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - Das garantias para assegurar a execução, quando exigidas;

VII - Dos direitos e das responsabilidades das partes;

VIII - Das penalidades cabíveis, dos valores das multas e os casos de rescisão;

IX - Da vinculação ao edital de licitação e da legislação aplicável à execução do contrato;

X - Dos casos omissos e do Foro;



Documento assinado eletronicamente por **ADEMARCIO DA SILVA, Assessor**, em 15/10/2022, às 12:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **0733809** e o código CRC **A6A8223C**.

0001910-07.2022.6.23.8000

0733809v5

ANEXO II - ORÇAMENTO ESTIMATIVO

O presente orçamento foi realizado priorizando os incisos I, II e III do art. 5º da IN 73/2020.

Item	Local	Área Construída m²	Cotação 1	Cotação 2	Cotação 3	Cotação 4	Cotação 5	Cotação 6	Cotação 7	Preço Médio
1	TRE - Sede Av. Juscelino Kubitschek, 543 - São Pedro - CEP 69.306-685 - Boa Vista	2.857	R\$ 4.166,38	R\$ 14.024,37	R\$ 6.251,47	R\$ 4.716,16	R\$ 7.046,52	R\$ 6.204,41	R\$ 8.043,52	R\$ 7.207,55
2	1ª Zona Eleitoral - Av. Santos Dumont, 760 - São Pedro - CEP 69.306-040 - Boa Vista	1.000	R\$ 1.458,31	R\$ 4.908,77	R\$ 2.188,12	R\$ 1.650,74	R\$ 2.466,41	R\$ 2.171,65	R\$ 2.815,37	R\$ 2.522,77
3	2ª Zona Eleitoral - Praça do Centro Cívico, s/n.º, Centro - CEP 69.306-000 - Caracarái	412	R\$ 600,82	R\$ 2.022,42	R\$ 901,51	R\$ 680,10	R\$ 1.016,16	R\$ 894,72	R\$ 1.159,93	R\$ 1.039,38
4	3ª Zona Eleitoral - Rua. Antônio Dourado de Santana, s/n.º, Centro - CEP 69.350-000 - Alto Alegre	412	R\$ 600,82	R\$ 2.022,42	R\$ 901,51	R\$ 680,10	R\$ 1.016,16	R\$ 894,72	R\$ 1.159,93	R\$ 1.039,38
5	4ª Zona Eleitoral - Av. Ataliba G. de Laia, s/n.º - CEP 69.370-000 - São Luiz do Anauá	412	R\$ 600,82	R\$ 2.022,42	R\$ 901,51	R\$ 680,10	R\$ 1.016,16	R\$ 894,72	R\$ 1.159,93	R\$ 1.039,38
6	5ª Zona Eleitoral - Av. Nazaré Figueiras, 2077, Pintolândia - CEP 69.316-715 - Boa Vista	685	R\$ 998,94	R\$ 3.362,51	R\$ 1.498,86	R\$ 1.130,76	R\$ 1.689,49	R\$ 1.487,58	R\$ 1.928,53	R\$ 1.728,10
7	6ª Zona Eleitoral - Av. Padre Ricardo Silvestre, 269, Centro - CEP 69.340-000 - Mucajaí	376	R\$ 548,32	R\$ 1.845,70	R\$ 822,73	R\$ 620,68	R\$ 927,37	R\$ 816,54	R\$ 1.058,58	R\$ 948,56
8	7ª Zona Eleitoral - Av. Guiana, s/n, Centro - CEP 69.345-000 - Pacaraima	376	R\$ 548,32	R\$ 1.845,70	R\$ 822,73	R\$ 620,68	R\$ 927,37	R\$ 816,54	R\$ 1.058,58	R\$ 948,56
9	8ª Zona Eleitoral - Av. Francisco Reginato, s/n.º - CEP 69.373-000 - Rorainópolis	376	R\$ 548,32	R\$ 1.845,70	R\$ 822,73	R\$ 620,68	R\$ 927,37	R\$ 816,54	R\$ 1.058,58	R\$ 948,56
		6.906	R\$ 10.071,07	R\$ 33.900,00	R\$ 15.111,18	R\$ 11.400,00	R\$ 17.033,00	R\$ 14.997,44	R\$ 19.442,96	R\$ 17.422,24

PRÉDIOS CAPITAL E INTERIOR DO ESTADO					
VALOR EM RISCO DECLARADO - VRD					
Item	Local	Área Construída m²	Valor do Imóvel (R\$)	Valor dos Bens Móveis (R\$)	Valor do Seguro
1	TRE - Sede Av. Juscelino Kubitschek, 543 - São Pedro - CEP 69.306-685 - Boa Vista	2.857	8.398.054,00	12.904.463,10	21.302.517,10
2	1ª Zona Eleitoral - Av. Santos Dumont, 760 - São Pedro - CEP 69.306-040 - Boa Vista	1.000	3.099.000,00	300.981,67	3.399.981,67
3	2ª Zona Eleitoral - Praça do Centro Cívico, s/n.º, Centro - CEP 69.306-000 - Caracarái	412	364.676,00	351.020,28	715.696,28
4	3ª Zona Eleitoral - Rua. Antônio Dourado de Santana, s/n.º, Centro - CEP 69.350-000 - Alto Alegre	412	396.270,00	368.445,32	764.715,32
5	4ª Zona Eleitoral - Av. Ataliba G. de Laia, s/n.º - CEP 69.370-000 - São Luiz do Anauá	412	396.270,00	403.399,48	799.669,48
6	5ª Zona Eleitoral - Av. Nazaré Figueiras, 2077, Pintolândia - CEP 69.316-715 - Boa Vista	685	396.270,00	570.413,39	966.683,39
7	6ª Zona Eleitoral - Av. Padre Ricardo Silvestre, 269, Centro - CEP 69.340-000 - Mucajaí	376	900.000,00	360.654,67	1.260.654,67
8	7ª Zona Eleitoral - Av. Guiana, s/n, Centro - CEP 69.345-000 - Pacaraima	376	900.000,00	539.966,83	1.439.966,83
9	8ª Zona Eleitoral - Av. Francisco Reginato, s/n.º - CEP 69.373-000 - Rorainópolis	376	900.000,00	408.041,96	1.308.041,96
Total Geral (R\$)		6.906	15.750.540,00	16.207.386,70	31.957.926,70



Documento assinado eletronicamente por **ADEMARCIO DA SILVA, Assessor**, em 15/10/2022, às 12:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trr.br/autenticidade> informando o código verificador **0733814** e o código CRC **99407DC1**.

0001910-07.2022.6.23.8000

0733814v3



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

Ao

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA - TRE/RR

Referência: **PREGÃO (eletrônico) n.º 000/202x**

Prezados senhores,

A empresa XXXXXXXXXXXX XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.000.000/0001-00, com sede localizada na rua XXXXXXXXXXXX, telefone (00) 0000 0000, após ter examinado o Edital da licitação acima identificado e seus anexos, apresenta proposta comercial para o objeto em referência, conforme planilha abaixo:

PRÉDIOS CAPITAL E INTERIOR DO ESTADO			
VALOR EM RISCO DECLARADO - VRD			
Item	Local	Área Construída m²	Valor do Seguro
1	TRE - Sede Av. Juscelino Kubitschek, 543 - São Pedro - CEP 69.306-685 - Boa Vista	2.857	R\$ xxxxxx
2	1ª Zona Eleitoral - Av. Santos Dumont, 760 - São Pedro - CEP 69.306-040 - Boa Vista	1.000	R\$ xxxxxx
3	2ª Zona Eleitoral - Praça do Centro Cívico, s/n.º, Centro - CEP 69.306-000 - Caracarái	412	R\$ xxxxxx
4	3ª Zona Eleitoral - Rua. Antônio Dourado de Santana, s/n.º, Centro - CEP 69.350-000 - Alto Alegre	412	R\$ xxxxxx
5	4ª Zona Eleitoral - Av. Ataliba G. de Laia, s/n.º - CEP 69.370-000 - São Luiz do Anauá	412	R\$ xxxxxxxx
6	5ª Zona Eleitoral - Av. Nazaré Filgueiras, 2077, Pintolândia - CEP 69.316-715 - Boa Vista	685	R\$ xxxxxx
7	6ª Zona Eleitoral - Av. Padre Ricardo Silvestre, 269, Centro - CEP 69.340-000 - Mucajaí	376	R\$ xxxxxx
8	7ª Zona Eleitoral - Av. Guiana, s/n, Centro - CEP 69.345-000 - Pacaraima	376	R\$ xxxxxx
9	8ª Zona Eleitoral - Av. Francisco Reginato, s/n.º - CEP 69.373-000 - Rorainópolis	376	R\$ xxxxxx
Valor total da proposta (R\$)		6.906	R\$ xxxxxxxx

Todos os impostos, taxas e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado estão inclusos na proposta.

Outrossim, informa que todos os eventuais pagamentos deverão ser depositados na conta corrente n.º 000000 da agência 000000 do Banco XXXXXX S/A.

O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega dos envelopes, nos termos do art. 6.º da Lei n.º 10.520/2002.

Dados para contratação:

Nome do representante legal:

Carteira de Identidade:

CPF:

E-mail:

Telefone:

XXXXXXXXXX/XX, 00 de xxxxxxxx de 2021.

(nome legível do representante legal da licitante)

(n.º da carteira de identidade com indicação do órgão expedidor)



Documento assinado eletronicamente por **ADEMARCIO DA SILVA, Assessor**, em 15/10/2022, às 12:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **0733815** e o código CRC **690C99B4**.

0001910-07.2022.6.23.8000

0733815v2

ANEXO IV - MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

* MINUTA DE DOCUMENTO

GESTOR DA ARP: A **UNIÃO**, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA - TRE/RR**, com sede na Av. Juscelino Kubitschek, n.º 543, São Pedro, nesta Capital, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 05.955.085/0001-85, neste ato representado por seu Diretor-Geral, o senhor **Adriano Nogueira Batista**, nomeado(a) pela Portaria 211/2020, de 26 de agosto de 2020, publicada no DJE n.º 164 de 27 de agosto de 2020, com fulcro no art. 70, XVIII, da Resolução 487/2022 SEI n.º (0700568) - Regulamento da Secretaria deste Tribunal.

BENEFICIÁRIO DA ARP: A empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º XXXXXXXX, com sede localizada na XXXXXXXX - CEP XXXXXXXX - Fone: XXXXXXXX - e-mail: XXXXXXXX - neste ato representado(a) pelo(a) senhor(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, representante legal da empresa.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Em observância às disposições da Lei n.º 8.666/93 e da Lei n.º 10.520/2002, dos Decretos n.º 10.024/2019, n.º 7.893/2013 e demais normas legais aplicáveis, ao Pregão Eletrônico xxxxxx e a proposta xxxxx vencedora do certame - PA SEI xxxxxxxxxxxxxxxx, fica registrados os preços ofertados conforme quadro abaixo:

PRÉDIOS CAPITAL E INTERIOR DO ESTADO			
VALOR EM RISCO DECLARADO - VRD			
Item	Local	Área Construída m²	Valor do Seguro
1	TRE - Sede Av. Juscelino Kubitschek, 543 - São Pedro - CEP 69.306-685 - Boa Vista	2.857	R\$ xxxxxx
2	1ª Zona Eleitoral - Av. Santos Dumont, 760 - São Pedro - CEP 69.306-040 - Boa Vista	1.000	R\$ xxxxxx
3	2ª Zona Eleitoral - Praça do Centro Cívico, s/n.º, Centro - CEP 69.306-000 - Caracarái	412	R\$ xxxxxx
4	3ª Zona Eleitoral - Rua. Antônio Dourado de Santana, s/n.º, Centro - CEP 69.350-000 - Alto Alegre	412	R\$ xxxxxx
5	4ª Zona Eleitoral - Av. Ataliba G. de Laia, s/n.º - CEP 69.370-000 - São Luiz do Anauá	412	R\$ xxxxxxxx
6	5ª Zona Eleitoral - Av. Nazaré Filgueiras, 2077, Pintolândia - CEP 69.316-715 - Boa Vista	685	R\$ xxxxxx
7	6ª Zona Eleitoral - Av. Padre Ricardo Silvestre, 269, Centro - CEP 69.340-000 - Mucajaí	376	R\$ xxxxxx
8	7ª Zona Eleitoral - Av. Guiana, s/n, Centro - CEP 69.345-000 - Pacaraima	376	R\$ xxxxxx
9	8ª Zona Eleitoral - Av. Francisco Reginato, s/n.º - CEP 69.373-000 - Rorainópolis	376	R\$ xxxxxx
Valor total da proposta (R\$)		6.906	R\$ xxxxxxxx

Constitui Anexo ao presente instrumento, a Ata de Formação do Cadastro de Reserva constante do Sistema Comprasnet - acessível publicamente em www.comprasgovernamentais.gov.br -, contendo o registro das licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços acima pelos preços ora registrados, caso tenham havido interessados, nos termos do art. 11, § 1.º, II, do Decreto n.º 7.892/2013, com a redação dada pelo Decreto n.º 8.250/2014.

Este Registro de Preço terá vigência de 12 (doze) meses, contada da data da sua assinatura, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

O Edital do Pregão Eletrônico n.º xx/2022 (xxxxxxx) e seus anexos - Processo SEI n.º (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), assim como a proposta de preços da Beneficiária (xxxxx), integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

CAPÍTULO I

DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda:

- I - gerenciar a ata de registro de preços;
- II - conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- III - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e
- IV - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

CAPÍTULO II

DA ASSINATURA DA ATA E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data de convocação, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o [art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993](#).

A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

CAPÍTULO III

DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na [alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993](#).

Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

- a) Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- b) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços.

O registro do fornecedor será cancelado quando:

- I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
- II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- IV - sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993](#), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002](#).

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I - por razão de interesse público; ou
- II - a pedido do fornecedor.

CAPÍTULO IV

DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

A Administração poderá utilizar recursos de tecnologia da informação na operacionalização do disposto neste Decreto e automatizar procedimentos de controle e atribuições dos órgãos gerenciadores e participantes.

A presente ARP, após lida e considerada conforme, foi assinada pelo representante legal do TRE/RR e da Beneficiária acima indicada.



Documento assinado eletronicamente por **ADEMARCIO DA SILVA, Assessor**, em 15/10/2022, às 12:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei-tre-rr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **0733816** e o código CRC **7F7F04B8**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE NEPOTISMO

Resolução CNJ n.º 7/2005, art. 2.º, VI)

A empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, com sede xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o número 00.000.000/0000-00, por meio de seu representante legal abaixo assinado, declara, os devidos fins, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) que seja(m) cônjuge, companheiro ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, nos termos do art. 2.º VI, da Resolução n.º 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, cujo texto dispõe expressamente:

"Art. 2º Constituem práticas de nepotismo, dentre outras:

(...)

VI - a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. ([Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16](#))"

Xxxxxxxxxx/XX, de XXXX de 2022.

(nome legível do representante legal da licitante)

(n.º da carteira de identidade com indicação do órgão expedidor)



Documento assinado eletronicamente por **ADEMARCIO DA SILVA, Assessor**, em 15/10/2022, às 12:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.





A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-rr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **0733817** e o código CRC **FB3E01E8**.

0001910-07.2022.6.23.8000

0733817v2